

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2021.Vol7.N63.pp37-51>



Edna Alves Ferreira

edna_dipaula@hotmail.com

Patrícia Verona de Freitas

patifm@hotmail.com

Larissa Gabriele Ogliari Thomazi

larissaogliari@hotmail.com

Bruno Beatriz

bruno_beatriz@zipmail.com.br

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Resumo

Este artigo tem por finalidade apresentar a importância do aprendizado da escrita da Língua Portuguesa para surdos. Desta forma, foi realizada uma análise das ações desenvolvidas pelos órgãos responsáveis, como a Secretaria de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de Curitiba, para assim verificar se existe algum projeto relativo ao ensino da Língua Portuguesa escrita, tendo em vista que esta é de grande relevância na vida social da pessoa surda em todos os contextos, que necessitem de leitura e interpretação. O estudo destaca a importância de um repensar das políticas públicas nas ações de construção de escolas bilíngues para surdos com propostas pedagógicas voltadas para a realidade dos surdos. Esta pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica, tendo como referencial teórico os seguintes autores: Barbosa (2007), Fernandes (2006), Quadros (1997), Strobel (2015).

Palavras-chave: Surdo. Língua Brasileira de Sinais. Língua Portuguesa.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Introdução

Desde o surgimento da humanidade muitas conquistas foram atingidas, entre elas destacamos a comunicação entre os homens. No começo, os indivíduos interagem por meio de desenhos, gestos naturais, posturais, entre outros. E com o passar do tempo o homem foi se aprimorando por meio da linguagem e mais tarde da língua.

A partir do momento que o ser humano passou a trocar ideias e experiências, se desenvolveu as relações sociais, dando início assim a linguagem. Esta constitui o principal instrumento de aprendizagem e desenvolvimento. É por meio da linguagem, que o ser humano se constrói enquanto sujeito sócio-histórico.

É através da Língua que o ser humano apropria-se de conhecimentos, faz questionamentos participando de forma ativa da comunidade e sociedade na qual está inserido. No que compete à comunicação do sujeito surdo objetivo deste trabalho, ocorre algumas condições que devem ser consideradas. Uma vez que os surdos constituem uma minoria linguística, pois não interage com a língua majoritária de seu país.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de aprender a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, para que posteriormente o surdo possa ler e interpretar de forma letrada as informações contidas na comunidade linguística majoritária e ter acesso a ela, interpretando informações dentro de um contexto linguístico. Sendo assim, o presente artigo busca apresentar a importância do aprendizado da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para os sujeitos surdos, defendendo a proposta de educação bilíngue, oportunizando o acesso a língua de sinais enquanto primeira língua e a língua portuguesa em sua modalidade escrita enquanto

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

segunda língua, caracterizando desta forma, uma educação bilíngue, dando ao surdo igualdade no processo de ensino e aprendizagem.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

No sentido mais amplo a comunidade surda conquistou vários direitos, entre eles, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, esclarecendo que a mesma é um idioma oficializado pela Lei 10.436 (BRASIL, 2002).

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivaram das línguas orais mais fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre as pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística (QUADROS, 1997, p. 47).

Segundo Felipe (2007), muitas pessoas pensam que a Língua Brasileira de Sinais- Libras é um conjunto de gestos que apresentam a mesma estrutura linguística da língua portuguesa. Acredita-se também que a língua de sinais é universal, ou seja, seus sinais são iguais em todo o mundo, portanto, esta ideia é equivocada. Assim como as línguas orais apresentam variações linguísticas (vocabulários, sotaque...) em variados contextos de estado, cidade, países, grupos sociais, a mesma coisa acontece com a língua de sinais, esta se diferencia em seus sinais no mesmo espaço geográfico.

A partir do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) que a educação de surdos passou a ser reconhecida pela sociedade, entretanto, sente-se a necessidade de reconsiderar programas e ações que garantam o direito de cidadania da pessoa surda em diversos contextos, por meio de políticas públicas que norteiem essas medidas.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

A Língua Brasileira de Sinais e a língua Portuguesa na modalidade escrita são duas línguas que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda. Quanto mais cedo o indivíduo ter contato com a Língua Brasileira de Sinais, melhor se dará o seu desenvolvimento. A aquisição desta língua oportunizará sua constituição, como sujeito em seu processo histórico social, desenvolvendo sua comunicação, bem como interagindo de forma ativa no contexto em que está inserido.

Além da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para os surdos, para melhorar o seu desenvolvimento cognitivo, seria relevante pensar em uma proposta pedagógica, no qual todo trabalho realizado com os alunos seja voltado para uma educação bilíngue.

Uma proposta educacional bilíngue e bicultural para surdos caracteriza-se pela utilização de uma língua oral usada na comunidade ouvinte e uma língua de sinais própria da comunidade surda. No caso do Brasil, têm-se a língua portuguesa e a LIBRAS — língua brasileira de sinais. A LIBRAS é a língua de sinais usada pelas comunidades surdas dos centros urbanos brasileiros (QUADROS, 1997, p. 46).

Quando estas duas Línguas: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa fazem parte do âmbito educacional dos estudantes surdos, tendo como língua dominante a Libras, bem como, propostas pedagógicas que primem para a construção do saber compreendendo que o ato de ensinar constitui possibilidades para a produção e construção do conhecimento, proporcionará ao indivíduo surdo o contato e vínculo com o processo de ensino e aprendizagem.

Os pilares da educação bilíngue para surdos defendem o direito e a necessidade destes indivíduos adquirirem a Língua de Sinais como primeira língua no contato com surdos

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

adultos usuários da Língua de Sinais, participantes ativos no processo educacional de seus pares. (LODI, 2000 apud SANTOS, 2007, p. 11).

Nesse sentido, é de se pensar uma ação que promova nos responsáveis à conscientização do contato da criança surda com o adulto fluente em Libras, desde a tenra idade. Desta forma, pode-se dizer que esse convívio beneficiará os alunos, a adquiri-la como sua primeira língua, envolvendo-os na luta por seus direitos a cidadania e na defesa de sua identidade e cultura surda. Assim, reconhecendo também, a Libras como sua primeira língua, e com isso, possibilitando interações sociais, tomadas de decisões e, sobretudo uma atuação efetiva no processo educacional.

A comunicação Humana é essencialmente diferente e superior a toda outra forma de comunicação conhecida. Todos os seres humanos nascem com os mecanismos da linguagem específicos da espécie, e todos os desenvolvem normalmente, independente de qualquer fator racial, social ou cultural. (SÁNCHEZ, 1990 apud QUADROS, 1997 p. 17).

É possível observar que o contato entre crianças e adultos surdos é muito importante, pois proporciona significativamente o conhecimento e aprendizagem desta língua na vida pessoal, social e política dos surdos. Além desse contato, ressaltamos o papel da família no fortalecimento da afetividade e aceitação da Libras como uma língua, proporcionando a comunicação e independência do indivíduo surdo.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Se a interação entre pais e filhos no contexto familiar for carente de mediatização, as crianças tendem a ser mais desorganizadas, mais impulsivas e menos reflexivas, numa palavra, menos adaptadas às situações e às aprendizagens futuras. (FONSECA, 2002, p. 17).

Nesta proporção, analisa-se o que se tem feito para esclarecer os pais de crianças surdas, sobre a aceitação de ser surdo, apresentando a importância de não negarem a interação e sua participação na comunidade surda, bem como, irem à busca de conhecimento sobre esta língua. Logo, quando a própria família tem dificuldades para aceitar a criança como surda, prejudica todo o seu desenvolvimento.

Para que seja efetiva esta ação é imprescindível que desde o nascimento do indivíduo surdo, sejam dadas orientações aos pais e responsáveis, desenvolvendo ações sistematizadas assegurando que a Libras seja a língua materna das crianças surdas, evitando que venham a ter privada sua língua natural.

Em contrapartida ao que foi exposto, sente-se a necessidade de defender aqui uma educação bilíngue para os surdos. Esta (se dá quando os indivíduos surdos fazem uso da língua de sinais), e os ouvintes comprometidos com a comunidade surda constituem o modo chamado Bilinguismo, processo que considera a Libras como primeira língua do surdo e a língua portuguesa (em sua modalidade escrita) como segunda língua.

Para que os objetivos sejam alcançados é imprescindível que elabore um projeto no qual a atuação de professores bilíngues (surdos e ouvintes), seja ativo no processo de interação da aquisição da língua.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Os surdos são pessoas que fazem parte de uma minoria linguística e que, portanto, têm o direito de participar das experiências de aprendizagem com a mediação de sua língua natural — a língua de sinais. Além disso, tem o direito de aprender a língua oficial de seu país: a Língua Portuguesa. Essa situação configura a necessidade de uma educação bilíngue para surdos (SEED/DEEIN apud SILVA; SANTOS, 2012, p. 146).

Sendo estas organizadas e sistematizadas nos dois contextos de ensino e aprendizagem, indispensáveis no processo de escolarização do indivíduo surdo. A aquisição da língua portuguesa em sua modalidade escrita por sujeitos surdos tem sido foco constante de muitos estudos, fazendo relações entre a construção da escrita e as metodologias educacionais empregadas, observando-se que as mesmas se baseiam muitas vezes em estratégias descontextualizadas, repetitivas e usando somente a língua oral.

Para inserir-se no universo do letramento o indivíduo precisa ter convívio efetivo com a leitura, visto que todo ser humano tem direito de aprender a língua que fala, sendo assim, há de se pensar na preparação de um currículo e projetos voltados e relacionados aos fundamentos da educação bilíngue do indivíduo surdo, adequando aos seus fundamentos: Língua de Sinais como língua materna no ambiente escolar e Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

A aprendizagem da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para os surdos terão as mesmas dificuldades que acontecem na apropriação de qualquer língua. Nesse contexto os indivíduos surdos precisam passar de uma língua visual-espacial (Libras) para uma língua oral- auditiva (Língua Portuguesa). E por conta da surdez, o sujeito surdo apropria-se da língua portuguesa como segunda língua — L2 apenas na modalidade escrita.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua a língua oficial de seu país. (GOLDFELD, 1997 apud BARBOSA, 2004, p. 43).

Diante de tais considerações, percebe-se a necessidade de propostas educacionais bilíngues, no qual a língua portuguesa seja adquirida pelos surdos por uma metodologia não fundamentada na relação letra-som, mas com criação de estratégias visuais por parte do professor, tendo como língua base a língua de sinais — primeira língua. Assim sendo, será possível a aprendizagem fundamentada no processo de letramento, possibilitando a ampliação de suas relações e práticas sociais da leitura e da escrita, assumindo funções diversas em cada contexto.

Para tanto, o processo de apropriação da leitura e escrita do indivíduo surdo, precisa passar por uma ressignificação partindo da perspectiva mais abrangente do uso e funções da escrita no contexto das práticas das sociedades modernas. Para que se concretize a educação bilíngue, o professor precisa estar atento na escolha dos textos que utilizará em sua prática pedagógica, os mesmos devem ser de cunho social e com recursos visuais ilustrativos, assumindo funções diversas.

As diferenças sintáticas entre as línguas envolvidas (sintaxe linear e sintaxe espacial)

Sabemos que todas as Línguas apresentam uma estrutura sintática padrão, que chamamos de SVO (sujeito + verbo + objeto). Porém, existe certa diferença nesta estrutura quando comparamos a língua oral-auditiva com a língua visual-espacial. Na primeira, ocorre a organização sintática linear, ou seja, segue um padrão. Podemos analisar as línguas envolvidas com a frase:

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

—O menino foi brincar depois do café | |. Percebemos a ordem SVO utilizada corretamente. Porém, isto não ocorre nas línguas de sinais, o campo visual influencia a sintaxe visual, o sentido mudaria. Seguindo a mesma ordem da frase, SVO, ficaria —MENIN@ IR BRINCAR DEPOIS TOMAR-CAFÉ | |. Para seguir a mesma equivalência e sentido entre as línguas, a ordem correta seria OSV (Objeto + Sujeito + Verbo). TOMAR-CAFÉ MENIN@ IR BRINCAR. Por isso, existem exceções nas línguas envolvidas com relação à estrutura sintática.

É de suma importância interpretar a frase antes de sinalizá-la, para que a mesma seja entendida de forma correta, não acontecendo assim, a equivocada compreensão do surdo em interpretá-la com sentido diferente e sim real.

Com base nestas questões observa-se a relevância do entendimento sobre as diferenças sintáticas entre as línguas envolvidas, sintaxe linear e sintaxe espacial. O ensino da língua portuguesa na modalidade escrita para os indivíduos surdos torna-se necessário, pois com o seu aprendizado poderão compreender e interpretar informações em contextos variados. Para que se efetive esta ação, há a necessidade de educadores bilíngues (surdos e ouvintes) como interlocutores no processo de ensino e aprendizagem.

Ler e interpretar informações da Língua Portuguesa

Partindo do pressuposto que a alfabetização é o domínio do código, conjunto de habilidades de codificar e decodificar letras, sons, sílabas e palavras, percebe-se nesta perspectiva, que a alfabetização não vem de encontro às necessidades do indivíduo surdo, pois este processo fundamenta-se em conhecer as letras e identificar seus sons, como os surdos não têm esta possibilidade pela limitação auditiva, logo não lhes são possíveis fazer as associações entre os fonemas e os grafemas.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Mesmos que os indivíduos surdos não sejam alfabetizados como os ouvintes, podem desenvolver sua leitura e escrita aprimorando práticas sociais das mesmas, sendo sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento.

Letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura (SOARES, 1998 apud FACUNDO, 2014, p. 6).

Com base nessas informações o letramento equivale à apropriação da leitura e da escrita, mas de maneira significativa, ou seja, o letramento pressupõe a condição de quem faz uso socialmente da leitura e escrita, dando respostas as suas vivências sociais. Nesse sentido, nota-se conforme Fernandes (2006) que o processo de letramento é mais extenso em relação à alfabetização, pois vai mais além do que simplesmente ler e escrever, sendo mais amplo em sua função social, e sua aquisição pelos indivíduos surdos favorecerão a comunicação e a compreensão da informação escrita.

A aquisição deste processo de aprendizagem tem sido foco constante de muitos estudos, alguns relacionam as construções escritas às metodologias educacionais empregadas, baseando-se muitas vezes em estratégias descontextualizadas e repetitivas, e somente no uso da língua oral. Segundo Fernandes (2006), para inserir-se no universo do letramento, a criança precisa ter um convívio efetivo com a leitura para apropriar-se da escrita. Desta forma, é relevante pensar em práticas pedagógicas e reestruturação de propostas curriculares as quais privilegie a modalidade da língua de sinais com práticas pedagógicas visuais, priorizando atividades que contemplem metodologias com utilização de imagem enfatizando a escrita em contextos significativos, nos quais o indivíduo surdo seja capaz de interiorizar a língua portuguesa e perceber sua funcionalidade.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

O uso da língua escrita com sujeitos surdos deve ser pensado por meio de práticas discursivas de letramento. Isso para que cada um exerça plenamente sua cidadania seu papel social, fazendo valer seu direito a uma vida autônoma. Estas ações são fundamentais para se investigar, pleitear e compreender que é por meio do compromisso com a educação e com práticas diferenciadas refletindo na diferença linguística dos indivíduos surdos que os mesmos se constituirão como sujeitos de sua aprendizagem.

Para tanto, faz-se necessário o comprometimento de órgãos responsáveis, que desenvolvam ações que venham ao encontro desta realidade, criando diretrizes norteadoras apresentadas por meio de programas, ações e atividades a serem desenvolvidas, garantindo assim, o direito humano dos indivíduos surdos de cidadãos. Bem como seu direito linguístico garantido, sua interação social com sua língua Libras, e também a educação bilíngue para os surdos, pois é direito aos indivíduos que usam uma língua diferente da língua majoritária, de serem educados em sua língua natural, no caso do Brasil o bilinguismo é Libras e a língua oral na modalidade escrita.

Considerações finais

Diante de tais considerações, observou-se por meio de estudos e pesquisas que as línguas de sinais e as orais apontam o mesmo grau de dificuldade. As duas línguas têm seu léxico desenvolvido em virtude de transformações sociais, culturais e tecnológicas.

A Libras como toda língua de sinais é uma língua de modalidade espaço-visual, sendo este o meio de comunicação, os movimentos e expressões faciais e corporais são percebidos pelo órgão dos sentidos visão, enquanto a língua portuguesa pelo canal oral-auditivo, utilizando como meio de comunicação sons articulados entendidos por meio da audição.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

Por conta desta diferença linguística faz-se necessário à implantação e implementação de propostas de letramento para os indivíduos surdos, pois as mesmas estão comprometidas as ações reflexivas sobre suas línguas. Aprender a língua portuguesa na modalidade escrita –L2 será para os indivíduos surdos relevante, para que entendam e compreendam os significados da língua nas práticas sociais. Para tanto, se faz necessário ocorrer o ensino e aprendizado do indivíduo surdo em sua língua natural, Libras L1, assim percebemos que o letramento da L2, para surtir efeitos positivos no processo de ensino e aprendizagem do indivíduo surdo, este está sujeito a L1, ou seja, o sujeito surdo ter garantido o direito a aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua.

Os estudos desenvolvidos neste artigo proporcionaram um olhar profundo sobre esta questão, e foi possível refletir os desafios que estão envolvidos neste processo, oferecendo de fato a oportunidade de vivenciar as línguas, de modo a contemplar os domínios.

Desse modo esta pesquisa proporcionou um olhar profundo sobre o processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda e pode-se constatar que falta um olhar diferenciado por parte de entidades governamentais e não governamentais, assim como: direção, equipe pedagógica, professores, família e comunidade sobre os objetivos da escola e o futuro que querem construir para a sociedade.

Então, para garantir o direito a cidadania da pessoa surda, é importante respeitar e considerar as diferenças criando diretrizes norteadoras de ações por parte do poder público, de proposta educacional bilíngue sendo esta fundamental para que os sujeitos surdos adquiram a habilidade para comunicar-se em duas línguas.

Considerando estes informes, reconhece-se que a educação só é efetivada mediante uma verdadeira inclusão escolar, agregando políticas públicas, na busca de fundamentação teórica e

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

reestruturação das práticas pedagógicas dos profissionais envolvidos, partindo que o ingresso escolar e sua qualidade, além de direito é dever do Estado.

Mesmo as políticas públicas garantindo estas ações, percebe-se que as instituições escolares de ensino regular até o momento, encontram-se em processo de adaptação e organização, procurando adequações que garantam a efetivação deste processo inclusivo, assim como a aprendizagem de qualidade pelos indivíduos surdos, sendo esta fundamental para o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade.

Referências

- BARBOSA, Maria Fausta Lima. **A aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela família do surdo.** Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8177506-A-aquisicao-da-lingua-brasileira-de-sinais-Libras-pela-familia-do-surdo.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.626 de Dezembro de 2005.** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 5 abr. 2016.
- BRASIL. **Lei Nº10.436, de 24 de Abril de 2002.** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 4 maio 2016.
- FACUNDO, Josiane Junia. **Práticas de letramento e protagonismo social por sujeitos surdos.** Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/1536.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- FELIPE, T. A.. **Libras em contexto:** curso básico: livro do estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1196912/Libras-em-contexto---tanya-felipe>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

Ensino da Língua Portuguesa como L2 escrita para surdos

FERNANDES, S. **Práticas de letramentos na educação bilíngue para surdos.** SEED, SED, DEE: Curitiba, 2006.

FONSECA, Vitor da. **Pais e filhos em interação:** aprendizagem mediatizada no contexto familiar. São Paulo: Salesiana, 2002.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O instrutor Surdo em uma escola inclusiva bilíngue:** sua atuação junto aos alunos surdos no espaço da oficina de Língua Brasileira de Sinais. 2007. 97 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Educação, Unimep, Piracicaba/ Sp, 2007. Cap. 12. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/20092013_155915_lara.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

SILVA, Marta de Fátima da; SANTOS, Maria Elena Pires. **A educação bilíngue para alunos surdos numa perspectiva culturalmente sensível/relevante.** 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fabi/Downloads/7181-28341-2-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.